



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade e Pagamento de Despesas

COMUNICAÇÃO INTERNA N. SCC/SEPEOC 021/2020

Referência: Análise de demonstrações. Santa Fé Serviços EIRELI. Lote 2.

Belo Horizonte, 14 de agosto de 2020.

Ao Senhor

WALTER AUGUSTO DE MATOS

Secretário de Planejamento e Execução Orçamentária e Contabilidade

Escopo

A presente análise foi delimitada conforme e-mail encaminhado pela SELC em 06/08/2020.

Foram utilizados os seguintes demonstrativos enviados pela empresa, relativos ao exercício financeiro de 2019:

- Doze balanços patrimoniais (BP), sendo um para cada mês do exercício; e
- Doze demonstrações de resultado do exercício (DRE), sendo uma para cada mês do exercício financeiro.

Aspectos Legais

As demonstrações apresentam o recibo de entrega da escrituração digital com a identificação e assinatura digital da pessoa jurídica e do contador responsável. Ambos apresentam certificado digital válido e o contador encontra-se ativo junto ao site do Conselho Regional de Contabilidade/MG (disponível em <https://www.crcmg.org.br>, opção Acesso Público/Acesso Público-Consulta Cadastral).

Acompanham as demonstrações o termo de abertura e encerramento. A confirmação do recebimento do arquivo da ECD foi efetuada em recibo de entrega de escrituração contábil digital, o que dispensa a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994.

No que tange à apresentação, verificamos que, conforme já mencionado na delimitação do escopo da presente análise, as demonstrações foram elaboradas em base mensal. Segundo informações repassadas pela empresa à SELC, a disponibilização dos demonstrativos apenas em base mensal ocorre em virtude de limitações do sistema ECD/Sped, frente questões de cunho tributário. A prática contábil comum, baseada nas leis de regência, notadamente o livro II do código civil e a lei das S/A, é a apresentação de demonstrações em base anual. Em outros termos, é emitida uma única demonstração do resultado do exercício e um único balanço patrimonial para todo o período.

Assim sendo, temos duas situações em relação aos demonstrativos apresentados pela SELC, dentro das quais fica limitada nossa análise. Em relação ao



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade e Pagamento de Despesas

balanço patrimonial, necessariamente o demonstrativo relativo apenas ao mês de dezembro/19 deve apresentar os mesmos valores finais do balanço relativo a todo o exercício financeiro de 2019, situação que possibilita o cálculo dos índices constantes do edital de licitação. Quanto à demonstração do resultado do exercício, cada demonstração mensal deve apresentar a receita bruta referente apenas àquele mês. Então, para fins de análise de indicadores definidos no edital de licitação, é considerada a premissa que a soma das receitas brutas mensais equivale à receita bruta apresentada na demonstração com base anual.

Certidão Negativa de Falência

A empresa apresentou a certidão de NADA CONSTA, da qual verificamos a autenticidade em 07/08/2020 no portal do TJMG (disponível em www.tjmg.jus.br, opção Certidão Judicial/Autenticidade da Certidão/Autenticação 2).

Indicadores Econômico-Financeiros

O cálculo de índices apresentado no arquivo *8-Análise Contábil e Financeira* apresentam-se corretos.

Encontramos uma diferença de um centavo no que se refere à Solvência Geral (1,38 x 1,39). Entretanto, trata-se de fato irrelevante, tendo em vista que, de acordo com o item 7.7 do edital, basta que este índice seja superior a 1,0.

Uma pequena observação em relação ao cálculo apresentado pela empresa: na fórmula do índice de solvência geral o denominador correto é PC + ELP, e não PC + RLP. Não obstante, o valor utilizado pela empresa foi o do ELP, o que não prejudicou o cálculo.

Capital Circulante Líquido (CCL) / Patrimônio Líquido (PL)

No arquivo *9-Declaração de CCL e PL* a empresa demonstrou que O CCL é superior a 16,66% do valor estimado da contratação e que o PL é superior a 10% deste valor.

Fizemos os cálculos e constatamos que, em relação ao valor estimado da contratação, o CCL representa 305,9% e o patrimônio líquido 349,4%.

Contratos firmados x patrimônio líquido

No arquivo *10-Santa Fé – Contratos Firmados* a empresa procurou demonstrar que o patrimônio líquido é superior a um doze avos do volume financeiro dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou iniciativa privada.

No cálculo a empresa multiplica o valor do PL por 12 e divide esse resultado pelo valor total dos contratos, obtendo um índice igual a 4,75. Esse resultado indica que o PL é 4,75 vezes maior que um doze avos do valor total dos contratos firmados, estando atendida a condição do item 7.7.9 do edital.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
Secretaria de Contabilidade e Pagamento de Despesas

Optamos por uma metodologia de cálculo diferente que, s.m.j., entendemos demonstrar mais claramente essa relação. Basicamente invertemos o numerador e o indicador na divisão.

Dividimos o valor dos contratos firmados por 12, encontrando, assim, o valor referente a um doze avos. Em seguida dividimos este resultado pelo valor do patrimônio líquido e chegamos a um índice de 0,21.

Este resultado significa que o montante relativo a um doze avos do valor dos contratos firmados representa 21% do patrimônio líquido da empresa.

Para que o item 7.7.9 seja atendido basta que esse índice seja inferior a 1,0.

Contratos firmados x Receita Bruta da DRE

Em relação ao disposto no item 7.7.9.2 do edital, a empresa relatou no arquivo *10-Santa Fé – Contratos Firmados* as causas para a diferença verificada entre o valor da receita bruta de 2019 e o volume financeiro da relação de compromissos assumidos.

A diferença foi de 71,68% e se refere, em linhas gerais segundo a empresa, ao encerramento e/ou supressão de vários compromissos ao longo de 2019 e 2020, bem como à assunção de novos contratos.

Há que se ressaltar que a receita bruta da DRE referente a 2019 refere-se à receita auferida durante o decurso de tempo de todo o ano civil de 2019 enquanto a relação de compromissos refere-se ao volume financeiro dos contratos em vigor na data de 09 de junho de 2020, data do pregão.

Atenciosamente,

JUAREZ P. COSTA
Seção de Contabilidade e Custos/SEPEOC

De acordo,

ADRIANA MARTINS DA CUNHA
Chefe da Seção de Contabilidade e Custos

De acordo,

Walter Augusto de Matos
Secretário de Planejamento, Execução Orçamentária
e Contabilidade